

Coluna do Castello

De costas para as ruas

O presidente José Sarney foi taxativo com o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), que o procurou ontem pela manhã no Palácio do Planalto: "Não serei obstáculo a um entendimento com a Constituinte em relação ao mandato e ao sistema de governo". Expedito informou de que cresce no PMDB o número de adeptos do mandato de cinco anos com "parlamentarismo, já", tão logo a nova Constituição seja promulgada — ou com o parlamentarismo a partir de janeiro de 1989.

Na cerimônia de entrega de medalhas do Congresso Nacional, Expedito transmitiu a mesma informação aos ministros do Exército e da Marinha. A possibilidade de quatro anos para Sarney não é aceita pelos ministros militares, que não se recusarão a aceitar, contudo, a troca do sistema de governo. Os ministros da Aeronáutica e do SNI, por exemplo, converteram-se ao parlamentarismo. Caso ele seja adotado, dificilmente os ministros militares serão substituídos nos seus postos.

O que Sarney disse a Expedito não significa sua plena e conformada aceitação de uma fórmula que acabaria, na prática, com seu governo até meados deste ano — ou, no máximo, no início do próximo. O que Expedito ouviu de Sarney pode significar um abrandamento de sua postura intransigente de defesa do presidencialismo com cinco anos ou pode, simplesmente, não significar coisa alguma. Sarney costuma dizer uma coisa aqui, outra acolá, a depender do seu estado de espírito no momento.

No final do ano passado, o deputado Ulysses Guimarães confessou ao ministro Aureliano Chaves que não conseguira saber até àquela altura se Sarney era presidencialista ou parlamentarista. São muitos os Sarneys — um deles, mais transigente, animou por telefone no último sábado o deputado José Geraldo (PMDB-MG) a perseguir o parlamentarismo com cinco anos. Esse Sarney pende mais para o lado dos ministros Ronaldo Costa Couto e Ivan de Souza Mendes, pessoas de temperamento equilibrado.

O Sarney que cede aos duros conselhos dos ministros Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana e do governador Fernando César Mesquita esfriou na segunda-feira o ânimo dos que apostam em um acordo quanto ao mandato e ao sistema de governo. Entre o Sarney conciliador e o que ameaça chamar o Urutu, há o Sarney magoado, rancoroso, sinceramente agastado com a incompreensão que lhe devotam a Constituinte e os políticos em geral, especialmente os do PMDB.

Foi esse último Sarney que viajou a João Pessoa na sexta-feira passada e que desabafou com o ministro Celso Furtado: "É, podem fazer o que quiserem". Ulysses quer fazer um amplo entendimento dentro do PMDB para levá-lo a votar unido, talvez neste domingo, o capítulo sobre sistema de governo. Na terça-feira, quando tomou o café da manhã com Sarney no Palácio da Alvorada, nada de substancial disse a ele. "Eu não posso falar pelo PMDB", desculpou-se.

O PMDB, certamente, votará dividido — embora por sua maioria pretenda votar a favor do parlamentarismo. Os que obedecem à liderança do senador Mário Covas não querem nem ouvir falar, por enquanto, em quatro ou cinco anos para Sarney. Firmaram um pacto de silêncio sobre isso. "Há parlamentaristas de quatro e de cinco anos e a discussão agora do mandato só serviria para nos separar", argumenta o deputado Antônio Brito (PMDB-RGS).

Os partidários dos cinco anos, que admitem aderir ao parlamentarismo, juram que só o farão se acertarem antes a extensão do mandato de Sarney. "O PMDB cearense é, maciçamente, presidencialista e pelos cinco anos", confere Expedito. "Maciçamente, poderá votar no parlamentarismo desde que o mandato de cinco anos faça parte de um acordo". O acordo dos sonhos de Expedito reverteria, por exemplo, a vocação presidencialista do PMDB de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Norte.

Parlamentarismo, presidencialismo, quatro e cinco anos tornaram-se moedas que mudam de mão a cada instante dentro da Constituinte, de acordo com os interesses de grupos que se formam e que se desfazem. Sólidos argumentos, esplêndidos raciocínios servem para justificar uma posição hoje, outra amanhã. Tudo decorre do peso esmagador da difícil conjuntura do país sobre uma assembleia que deveria se preocupar em legislar a médio e a longo prazo, se possível.

A enrascada em que se meteu na Paraíba o cidadão enquadrado na Lei de Segurança Nacional não deixa de ser emblemática do que pode uma vez mais estar sendo parido longe das ruas e sob sigilo nos gabinetes poderosos da República. O cidadão foi detido por ter participado de uma manifestação pela eleição presidencial em novembro próximo. O regime militar sob a presidência do general Figueiredo não deteve um só dos milhões de brasileiros que participaram da campanha das "diretas, já".

A República que se imaginou nova usa uma velha lei do regime que pretendia revogar para punir um cidadão que pede apenas o que ela um dia lhe prometeu para já.

Ricardo Noblat (Interino)